



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.**

**Altera a Lei n.º 889, de 09 de setembro de 2013, que - Dispõe sobre a política de incentivo econômico e social do município de Itaú de Minas; cria o programa e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e autoriza crédito adicional e especial no orçamento de 2013 e dá outras providências - .**

O Povo do Município de Itaú de Minas, por seus representantes legais, aprova:

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itaú de Minas - CODES, órgão colegiado consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, competindo-lhe a promoção, o incentivo, o acompanhamento, a avaliação, a fiscalização e a revisão de planos, programas e projetos, relativos à Política Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itaú de Minas.

**Parágrafo único.** O CODES é uma instância colegiada, paritária e trissetorial, composta por representantes do Poder Público, do Setor Empresarial e da Sociedade Civil, que atua no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento econômico de Itaú de Minas.

**Art. 2º** - O CODES, visando o cumprimento de sua finalidade, terá ainda as seguintes competências:

- I - O acompanhamento e o monitoramento da atuação do Executivo Municipal, bem como das respectivas secretarias, no que tange às políticas públicas de desenvolvimento econômico e à aplicação dos recursos públicos consignados no orçamento municipal para essa finalidade;
- II - A promoção e a realização de Seminários e Conferências Municipais / Regionais de Desenvolvimento Econômico;
- III - A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, os impactos dessas ações no desenvolvimento municipal e a elaboração de propostas de redirecionamento;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

- IV - A formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento econômico;
- V - A mobilização e a articulação entre a sociedade civil, incluindo as instituições de ensino público e privado, os poderes públicos constituídos e o Setor Empresarial;
- VI - A proposição de ações, programas e projetos previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico para serem inseridos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município;
- VII - O estímulo e a articulação para implementação de programas voltados ao fortalecimento da cultura empreendedora no Município, bem como à implantação da Educação Empreendedora nas escolas do município;
- VIII - A atuação no sentido de estimular a melhoria do ambiente de negócios no município, com uma atenção especial às questões relacionadas à desburocratização e simplificação;
- IX - A articulação junto aos poderes executivo e legislativo para permanente atualização da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em âmbito municipal;
- X - O fortalecimento da atuação do Agente de Desenvolvimento e da Sala Mineira do Empreendedor;
- XI - O monitoramento e o estímulo à adoção, por parte do Executivo, das medidas que favoreçam os pequenos negócios locais nas compras públicas governamentais;
- XII - A priorização, a hierarquização e o exercício do controle social local no desenvolvimento de ações e atividades de responsabilidade do setor público nas questões relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento econômico;
- XIII - A interlocução privilegiada junto aos órgãos públicos para sugerir adequações e denunciar as irregularidades;
- XIV - A compatibilização entre as políticas públicas municipal, regional, estadual e federal voltadas para o desenvolvimento econômico e para a conquista e consolidação da plena cidadania no Município;
- XV - O estímulo à implantação e reestruturação de organizações representativas de segmentos empresariais, tanto no meio urbano, quanto rural;
- XVI - A articulação com os municípios vizinhos, visando à elaboração, qualificação e implementação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Econômico;
- XVII - A integração das políticas públicas de Desenvolvimento Econômico com as demais políticas públicas do Município, notadamente com as políticas públicas de meio ambiente, desenvolvimento social e educação;
- XVIII - A promoção de ações que estimulem, preservem e fortaleçam o empreendedorismo local;
- XIX - A promoção do debate democrático de temas relevantes presentes na problemática do Desenvolvimento Econômico do Município;
- XX - O monitoramento do ambiente econômico local, regional, nacional e internacional, visando identificar oportunidades e eventuais ameaças, atuando de forma preventiva com foco no fortalecimento da economia e na atração de investimentos;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

- XXI - A promoção de fóruns, seminários ou encontros técnicos, visando apreender melhor as demandas da sociedade civil organizada, do poder público e do Setor Empresarial e sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável do Município;
- XXII - A identificação e divulgação das potencialidades econômicas do Município, bem como desenvolver, em parceria com os poderes constituídos, diretrizes para a atração de investimentos;
- XXIII - O apoio à divulgação das empresas e dos produtos do Município, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;
- XXIV - O incentivo às ações visando o fomento à pesquisa, inovação e ao desenvolvimento tecnológico capazes de potencializar e destacar a economia do Município;
- XXV - A análise e acompanhamento dos pedidos de doação ou concessão de uso de áreas localizadas no Município, destinadas a atividades industriais, comerciais e de serviços, bem como outros incentivos e benefícios a serem criados como estratégias para o fortalecimento da economia local;
- XXVI - Articular e autorizar a criação e deliberar sobre o uso dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- XXVII - A priorização de iniciativas que gerem trabalho, emprego e renda, promovendo a justiça social e o meio ambiente e construindo parcerias no âmbito municipal e regional.

**Parágrafo único.** O CODES poderá ampliar sua atuação no exercício das atribuições previstas por esta Lei aos municípios do seu entorno mediante demanda formal e desde que tal atuação contribua, mesmo que indiretamente, para o desenvolvimento econômico do Município Itaú de Minas.

**Art. 3º** - O CODES será composto, por representantes de Pessoas Jurídicas formalmente constituídas, de forma trissetorial e paritária, do Poder Público, do Setor Empresarial e da Sociedade Civil Organizada e terá atuação consultiva e deliberativa.

**Parágrafo único.** Cada instituição componente do CODES indicará seu representante e respectivo suplente, para situações de impedimento do titular.

**Art. 4º** - O CODES será composto da seguinte forma:

- I. Plenária
- II. Presidência
- III. Vice-Presidência
- IV. Secretaria Executiva
- V. Câmaras Técnicas

**§ 1º** - A Plenária é o órgão superior de deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

**§ 2º** - A Presidência pertence à instituição membro do conselho e será exercida pelo seu representante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**§ 3º** - A Vice-presidência pertence à instituição membro do conselho e será exercida pelo seu representante.

**§ 4º** - A Secretaria Executiva é o órgão de suporte administrativo e executivo do CODES.

**§ 5º** - O CODES poderá instituir câmaras técnicas em áreas de interesse afins à sua finalidade, e recorrer a técnicos e instituição conselheiras em assuntos de interesse socioeconômico.

**Art. 5º** - O CODES será composto por 12 (doze) instituições conselheiras, divididas em 3 (três) bancadas:

### **I. Bancada do Poder Público:**

- A - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, indicado pelo Prefeito Municipal;
- B - Secretaria Municipal de Cultura, indicado pelo Prefeito Municipal;
- C - Secretaria Municipal de Finanças, indicado pelo Prefeito Municipal;
- D - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, indicado pelo Prefeito Municipal;
- E - Representante do Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Itaú de Minas.

### **II. Bancada do Setor Empresarial:**

- A - Associação Comercial e Empresarial de Itaú de Minas - ACEIM;
- B - SICCOB Nossocredito;
- C - SICCOB Credicitrus;
- D - Votorantim Cimentos / Instituto Votorantim;
- E - Fazenda São Miguel.

### **III. Bancada da Sociedade Civil:**

- A - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itaú de Minas - SITICOM
- B - Clubes de Serviço (Lions Club, Rotary, Maçonaria, etc);
- C - Associação de Manufatura e Artes de Itaú de Minas - AMAIM;
- D - Associação dos Agentes Ambientais de Itaú de Minas - AAGAIM;
- E - Imprensa Local.

**§ 1º** - Poderão ser indicadas instituições do Sistema "S" para participarem como observadores do CODES, a saber o Sebrae, o Senai, o Sesi, o Senac dentre outros existentes no município como também, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, CRECI - Conselho Regional de corretores de Imóveis, CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, dentre outros.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**§ 2º** - O Secretário Executivo participará de todas as reuniões plenárias do CODES, exceto daquelas cujas pautas tratar da indicação, substituição ou avaliação do próprio Secretário Executivo, quando a reunião será secretariada por um Secretário *ad-hoc* indicado pelo Presidente da sessão.

**§ 3º** - O Secretário Executivo participará das reuniões plenárias com direito a voz, mas sem direito a voto.

**Art. 6º** - Os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social não terão direito a salários ou remuneração de qualquer espécie, sendo considerado o trabalho por eles prestados como serviço público relevante.

**Art. 7º** - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, dentre outras a serem previstas no Regimento Interno:

- I - Coordenar o CODES;
- II - Determinar a pauta das reuniões e dirigi-las, orientando os debates e consignando os votos dos conselheiros presentes;
- III - Submeter à apreciação do plenário os assuntos e propostas que dependam de decisão do CODES;
- IV - Resolver as questões de ordem suscitadas no curso das reuniões;
- V - Emitir voto de qualidade, se necessário;
- VI - Proclamar o resultado das votações;
- VII - Prestar informações relativas ao CODES;
- VIII - Cumprir e fazer cumprir as decisões do CODES;
- IX - Representar o CODES, em juízo e fora dele.

**Parágrafo único.** Ao Vice-presidente do CODES compete substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

**Art. 8º** - A Presidência do CODES será continuamente exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Planejamento, Descendimento Econômico e Turismo.

**Parágrafo único.** O presidente deverá convocar ao longo dos dois primeiros meses do mandato vigente a eleição da instituição que ocupará a Vice-presidência durante os dois anos de mandato, devendo obrigatoriamente ser da bancada do setor empresarial ou do setor da sociedade civil.

**Art. 9º** - Compete à Secretaria Executiva, dentre outras atribuições previstas no Regimento Interno:

- I - Preparar, antecipadamente, as reuniões do CODES, incluindo convites com pauta, informes de correspondências recebidas e enviadas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

- II - Acompanhar as reuniões, assistir ao Presidente e ao Vice-presidente e demais membros;
- III - Manter os serviços administrativos e de arquivo do CODES atualizados e em ordem;
- IV - Fornecer informações a outras instituições conselheiras, mediante autorização do Presidente;
- V - Prestar informações ao Presidente ou aos demais membros do CODES, sobre assuntos administrativos;
- VI - Receber informações de outros órgãos, de interesse do CODES e transmiti-las ao Presidente.

**Parágrafo único.** A Secretaria Executiva será coordenada por um Secretário Executivo, necessariamente vinculado formalmente a uma das instituições conselheiras do CODES, indicado pelo Presidente e aprovado pela maioria absoluta dos Conselheiros presentes à reunião.

**Art. 10** - Compete à Plenária dentre outras atribuições previstas no Regimento Interno:

- I - Discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados às suas competências;
- II - Analisar e deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do CODES;
- III - Dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do CODES;
- IV - Decidir sobre o pedido de urgência e de prioridade das matérias constantes da ordem do dia da respectiva sessão;
- V - Discutir e decidir sobre os assuntos relacionados com propostas ou sugestões, moções ou indicações, providências ou medidas do que resultem manifestações do CODES;
- VI - Julgar os recursos interpostos contra decisões do Presidente;
- VII - Alterar e aprovar atas das sessões do CODES;
- VIII - Apreciar, aprovar ou rejeitar pareceres oriundos das Câmaras Técnicas e da Secretaria Executiva do CODES;
- IX - Elaborar, aprovar e alterar o Regimento Interno do CODES;
- X - Empossar o Presidente e eleger o Vice-presidente do CODES;
- XI - Aprovar indicação do Secretário Executivo do CODES.
- XII - Garantir o livre, responsável e cordial uso do direito de manifestação de todos os seus conselheiros;
- XIII - Zelar pela autonomia, independência e correção de suas decisões.

**Parágrafo único.** São integrantes da Plenária os Conselheiros Titulares e os Conselheiros Suplentes, sendo que na presença do Titular somente este terá direito a voto.

**Art. 11** - A Plenária do CODES reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e extraordinariamente; sempre que convocada pelo seu Presidente ou pelo Prefeito Municipal ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**Parágrafo único.** Nas deliberações do CODES, cada instituição conselheira terá direito a um voto, cabendo ao Presidente apenas o direito ao voto de qualidade.

**Art. 12** - O CODES, para a implementação de suas estratégias e visando o alcance dos seus objetivos, poderá criar Câmaras Técnicas, sendo que existirão as permanentes e as temporárias, a serem detalhadas no seu Regimento Interno.

**Art. 13** - Cada instituição conselheira indicará um Conselheiro Titular e um Suplente para representa-la e tomarão posse sempre no início de cada ano par para um mandato de dois anos, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos.

**§ 1º** - Os representantes das instituições conselheiras terão mandato de dois anos, permitida uma recondução;

**§ 2º** - Caberá à Secretaria Executiva do CODES notificar a instituição conselheira acerca da ausência de seus representantes às reuniões bem como solicitar automaticamente a substituição dos mesmos mediante falta em três reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas ou em cinco reuniões ordinárias e/ou extraordinárias alternadas no mesmo ano, com ausência do seu suplente.

**§ 3º** - O Conselheiro titular e o seu suplente poderão ser substituídos pela instituição conselheira que os indicou, desde que o faça com uma antecedência mínima de 30 dias, nesse caso o substituto tomará posse na primeira reunião do CODES após a sua indicação e terminará o mandato do substituído.

**§ 4º** - Em caso de renúncia, falecimento, perda da condição de representatividade ou vacância do cargo do titular, o suplente substituirá até a indicação de um novo membro pela instituição conselheira que representa e na hipótese de o suplente assumir o cargo do titular definitivamente, a instituição conselheira deverá indicar um novo suplente. Em ambas hipóteses, a instituição conselheira deverá fazer a indicação no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 14** - O quórum mínimo para a realização da Plenária será de 50% (cinquenta por cento) de cada bancada, em primeira chamada, e de 30% (trinta por cento) de cada bancada, em segunda chamada, a ser verificada 30 (trinta) minutos após o horário previsto no edital de convocação, sendo o quórum para aprovação das matérias postas em votação fixado em 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros presentes em cada reunião.

**Art. 15** - A organização e o funcionamento do CODES serão disciplinados em Regimento Interno que deverá ser aprovado pela maioria absoluta



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

dos seus membros em reunião plenária e instituído por Decreto, em até 60 (sessenta) dias após a nomeação dos seus membros.

**Art. 16** - As reuniões ordinárias e as extraordinárias do CODES res-salvadas as situações de excepcionalidade deverão ser convocadas com ante-cedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, com pauta previamente comunica-da aos seus integrantes.

**Art. 17** - A nomeação e posse dos Conselheiros do CODES far-se-á por meio de decreto, após a indicação dos representantes das instituições conse-lheiras.

**§ 1º** - A Presidência, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do final de cada mandato do Conselho, deverá convocar as instituições con-selheiras para, no prazo de até 30 (trinta) dias, apresentar os nomes de seus respectivos representantes, que deverão ser nomeados no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação dos indicados.

**Art. 18** - O apoio administrativo, bem como os meios necessários à execução dos trabalhos do CODES e das Câmaras Técnicas serão prestados pela Prefeitura Municipal e/ou outras instituições conselheiras

**Art. 19** - Cabe ao CODES, dentre outras funções previstas nessa lei e em seu Regimento Interno, examinar os pedidos de doação ou concessão de uso de áreas destinadas à implantação de empresas, elaborando parecer apresentado por um conselheiro escolhido pela presidência, em cada caso, no prazo de 15 (quinze) dias, para apreciação e julgamento do Prefeito Muni-cipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de criação de programas municipais de incentivo aos empreendedores e de atração de investimentos empresariais privados para o município cujo foco seja a facilitação de acesso ao crédito bem como a concessão de incentivos fiscais e parafiscais, o CMDE poderá participar das discussões e poderá prever, em regimento interno, os proce-dimentos necessários para isso.

**Art. 20** - O CODES somente analisará os referidos pedidos no art. 19 desta lei, quando encaminhados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e, ainda, quando cumprirem os re-quisitos exigidos por esta Lei.

**Art. 21** - Revogam-se os artigos 15 a 21 da Lei 889, de 09 de setembro de 2013.

**Art. 22** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS**  
**MINAS GERAIS**

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, em 30 de Novembro de 2023.

**NORIVAL FRANCISCO DE LIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**